

HABEAS CORPUS Nº 501.828 - AC (2019/0092238-3)

RELATOR : **MINISTRO SEBASTIÃO REIS JÚNIOR**
IMPETRANTE : ANDRE AUGUSTO ROCHA NERI DO NASCIMENTO
ADVOGADO : ANDRE AUGUSTO ROCHA NERI DO NASCIMENTO -
AC003138
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO ACRE
PACIENTE : JACKSON MARINHEIRO PEREIRA (PRESO)

EMENTA

HABEAS CORPUS. SÚMULA 691/STF. CRIMES LICITATÓRIOS. PRISÃO PREVENTIVA. FUNDAMENTOS. INEVIDÊNCIA DE MANIFESTA ILEGALIDADE.

Writ indeferido liminarmente.

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus*, com pedido liminar, impetrado em favor de **Jackson Marinheiro Pereira**, apontando-se como autoridade coatora o Tribunal de Justiça do Acre (HC n. 1000393-40.2019.8.01.0000).

Narram os autos que o Juízo da 4ª Vara Criminal da comarca de Rio Branco/AC (Autos n. 0800724-03.2019.8.01.0001) decretou a prisão preventiva do paciente, acusado, em tese, da prática de crimes relacionados a fraudes em licitações, *em virtude da ineficiência das medidas cautelares diversas da prisão* (fl. 188).

Impetrado *writ* na origem, o Desembargador Samoel Evangelista indeferiu a liminar.

Daí o presente *mandamus*, em que o impetrante sustenta, de início, a superação da Súmula 691 do Supremo Tribunal Federal, tendo em vista a ausência de fundamentação concreta na decisão que indeferiu a liminar do *habeas corpus* originário.

Destaca que, *em junho de 2017, nos autos n. 0801099-72.2017.8.01.0001, o Ministério Público representou pela prisão e indisponibilidade de bens do paciente e outros, conseguindo decisão favorável em 18/8/2017, que fora cumprida apenas em 1 de setembro de 2017* (fl. 4). Contudo, no HC n. 415.734/AC, de minha relatoria, o paciente, em medida liminar, teve a substituição da prisão por medidas cautelares.

Alega que, *quanto à indisponibilidade de bens, que não tem a ver com as medidas cautelares determinadas em substituição àquela medida de prisão, o paciente*

postulou a restituição dos referidos bens em 28/09/2017, o que fez por petição autônoma processada sob o nº 0011291-97.2017.8.01.0001, que segue apenas aos autos de medidas cautelares da época, acima citados (fl. 5).

Menciona que o fato que causou a prisão preventiva do paciente fora, supostamente, a diferença entre a quantidade de gado sequestrado na decisão e quantidade efetiva na propriedade (fl. 6).

Aduz que das medidas impostas em regime cautelar, em substituição à prisão, não consta o seqüestro de bens, especialmente aquele deferido pelo juízo, consistente no seqüestro de 999 cabeças de gado, bloqueando a emissão de GTA's pelo paciente junto ao IDAF (fl. 19).

Requer, inclusive em liminar, a superação da Súmula 691 do Supremo Tribunal Federal para que seja revogada a prisão preventiva do paciente, expedindo-se o competente alvará de soltura ou, subsidiariamente, a substituição da prisão por outras medidas cautelares ou a concessão da prisão domiciliar.

É o relatório.

As Turmas integrantes da Terceira Seção desta Corte, na esteira do preceituado na Súmula 691/STF, têm entendimento pacificado de não ser cabível a impetração de *habeas corpus* contra decisão de relator indeferindo medida liminar em ação de igual natureza, ajuizada nos Tribunais de segundo grau.

Esse posicionamento pode ser afastado apenas em situações excepcionais, se evidenciada a configuração de flagrante ilegalidade ou abuso de poder, o que aqui não se observa.

Ora, o Relator do prévio *writ*, ao avaliar o pedido então apresentado na origem, simplesmente constatou a ausência dos pressupostos autorizadores da medida liminar requerida. E nisso não há nenhum constrangimento ilegal.

Diante da inadmissível supressão de instância, convém aguardar o trâmite regular dos *habeas corpus* na origem, a fim de permitir que o órgão competente analise em maior profundidade a matéria ali levantada.

Pelo exposto, **indefiro liminarmente** a petição inicial (art. 210 do RISTJ).

Publique-se.

Brasília, 03 de abril de 2019.

Ministro Sebastião Reis Júnior
Relator

